



**AGENDA EM TRAMITAÇÃO NA COMISSÃO DE
SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA DA CÂMARA DOS
DEPUTADOS EM MARÇO DE 2016**

Fábio de Barros Correia Gomes
Consultor Legislativo da Área XVI
Saúde Pública, Sanitarismo

ESTUDO

ABRIL/2016



Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes
Consultoria Legislativa
Anexo III - Térreo
Brasília - DF

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. TEMAS EM TRAMITAÇÃO NA CSSF	3
2.1 PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (PFC)	3
2.2 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDC)	4
2.3 PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR (PLP)	4
2.4 PROJETO DE LEI ORDINÁRIA (PL)	5
3. CONSIDERAÇÕES	5
APÊNDICE A - METODOLOGIA	8
APÊNDICE B - PROPOSIÇÕES (PLP, PL) PRONTAS PARA A PAUTA NA CFT, SEGUNDO TIPO E CRITÉRIOS DE PRIORIDADE (ESTUDO PRÉVIO REALIZADO EM 2013)	9

© 2016 Câmara dos Deputados.

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados(as) o(a) autor(a) e a Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados.

Este trabalho é de inteira responsabilidade de seu(sua) autor(a), não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

AGENDA EM TRAMITAÇÃO NA COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM MARÇO DE 2016

Fábio de Barros Correia Gomes

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo apresenta os temas de proposições em tramitação na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados em 15 de março de 2016. Trata-se de um estudo exploratório, para demonstrar a viabilidade da utilização de dados sobre tramitação de proposições em comissão permanente, a fim de que se tenha uma visão geral da agenda que está colocada para a comissão no início dos trabalhos do ano, de modo a facilitar a organização de suas atividades.

A próxima seção apresenta tabelas e considerações sobre achados de maior destaque quanto a temas associados a cada um dos tipos de proposição legislativa observados: a proposta de emenda à Constituição (PEC), o projeto de lei complementar (PLP), o projeto de lei ordinária (PL), a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC). Na terceira seção são apresentadas breves conclusões sobre o estudo. O apêndice A apresenta a metodologia adotada.

2. TEMAS EM TRAMITAÇÃO NA CSSF

Inicialmente, são apresentados resultados referentes aos tipos de proposição associados à fiscalização (PFC, PDC), seguindo-se aqueles associados à produção de normas legais (PEC, PLP, PL).

2.1 Propostas de Fiscalização e Controle (PFC)

Em 15/03/16 havia 19 PFC tramitando na CSSF, sendo que 84% eram relacionados à saúde.¹

¹ Vale destacar que foi elaborado um outro estudo, específico sobre temas da saúde, intitulado “Agenda de Saúde em Tramitação na Câmara dos Deputados em Janeiro de 2016”, abrangendo não apenas a CSSF, mas todos os órgãos da Casa, inclusive o Plenário, de modo que detalhes sobre temas e subtemas da saúde estão lá especificados. Tal estudo está disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema19/2016_392_agenda-de-saude-em-tramitacao-na-cd_fabio-barros-correia-gomes.

TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DE TEMAS DE PFC EM TRAMITAÇÃO NA CSSF EM 15/03/16.

Temas	Frequência
Administração Pública	1
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	1
Previdência e Assistência Social	1
<i>Saúde_Administração Pública</i>	5
<i>Saúde</i>	11
Total	19

2.2 Projeto de Decreto Legislativo (PDC)

Em 15/03/16 havia 38 projetos de decreto legislativo (PDC) tramitando na CSSF, sendo que 87% eram relacionados à saúde, contudo observa-se que em 30% dos projetos da saúde havia compartilhamento com outro tema, como a tributação e a previdência e assistência social.

TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DE TEMAS DE PDC EM TRAMITAÇÃO NA CSSF EM 15/03/16.

Temas	Frequência
<i>Saúde_Agricultura, Pecuária e Pesca</i>	1
<i>Saúde_Direitos Humanos, Minorias e Cidadania</i>	1
<i>Saúde_Educação</i>	1
<i>Saúde_Indústria, Comércio e Defesa do Consumidor</i>	1
Previdência e Assistência Social	2
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	3
<i>Saúde_Previdência e Assistência Social</i>	3
<i>Saúde_Tributação</i>	3
<i>Saúde</i>	23
Total	38

2.3 Projetos de lei complementar (PLP)

Em 15/03/16 havia 22 PLP tramitando na CSSF, sendo que 55% eram relacionados à saúde. A previdência e assistência social foi o segundo tema mais prevalente (36%), sendo que um deles também compartilhava tema de saúde.

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DE TEMAS DE PLP EM TRAMITAÇÃO NA CSSF EM 15/03/16

Temas	Frequência
Administração Pública	1
Direito Civil e Processual Civil	1
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	1
<i>Saúde_Direitos Humanos, Minorias e Cidadania</i>	<i>1</i>
<i>Saúde_Previdência e Assistência Social</i>	<i>1</i>
<i>Saúde_Trabalho e Emprego</i>	<i>1</i>
<i>Saúde</i>	<i>2</i>
<i>Saúde_Finanças Públicas e Orçamento</i>	<i>2</i>
<i>Saúde_Administração Pública</i>	<i>5</i>
Previdência e Assistência Social	7
Total	22

2.4 Projeto de Lei Ordinária (PL)

Em 15/03/16 havia 1.502 projetos de lei ordinária (PL), tramitando na CSSF, distribuídos entre 30 temas; sendo que 66% eram relacionados à saúde, destacando-se, em seguida os temas de: a) direitos humanos, minorias e cidadania, b) previdência e assistência social, e c) trabalho e emprego.

3. CONSIDERAÇÕES

A metodologia utilizada permitiu a identificação do conteúdo de proposições de todos os temas em tramitação na CSSF antes do início das atividades das comissões permanentes da Câmara em 2016. A saúde foi mais frequente em todos os tipos de proposições observados; tanto os associados à produção legislativa (mais de 50%), quanto à fiscalização (mais de 80%). Contudo outros temas se destacaram, como: “direitos humanos, minorias e cidadania” e “previdência e assistência social”.

TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DA FREQUÊNCIA DE TEMAS DE PL EM TRAMITAÇÃO NA CSSF EM 15/03/16.

Temas	Frequência
Arte e Cultura	1
Direitos da Criança	1
Homenagens e Datas Comemorativas	1
Indústria, Comércio e Defesa do Consumidor	1
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1
Organização Administrativa do Estado	1
Política Fundiária	1
Segurança Pública	1
Viação e Transportes	1
Finanças Públicas e Orçamento	2
Indústria, Comércio e Abastecimento	2
Organização Político-Administrativa do Estado	2
Agricultura, Pecuária e Pesca	3
Direito e Justiça	3
Recursos Hídricos, Minerais e Política Energética	3
Sistema Financeiro	3
Ciência, Tecnologia e Informática	4
Comunicações	4
Tributação	4
Desporto e Lazer	5
Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	5
Direito e Defesa do Consumidor	7
Administração Pública	13
Desenvolvimento Urbano e Trânsito	14
Direito Penal e Processual Penal	14
Educação	27
Direito Civil e Processual Civil	38
Trabalho e Emprego	49
Previdência e Assistência Social	115
Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	183
<i>Saúde</i>	<i>399</i>
<i>Saúde e outro tema</i>	<i>594</i>
Total	1502

Os resultados indicam que é factível implantar o monitoramento das tramitações de proposições, segundo conteúdo de políticas, nas comissões permanentes da Casa, o que pode facilitar a organização e oferecer maior transparência ao debate sobre políticas públicas.

Uma aplicação possível, a partir da disponibilidade dos dados apresentados nesse estudo é a que se apresenta no apêndice B, o qual mostra quadro decorrente de outro estudo similar ao atual, realizado em 2013,² apenas com proposições relacionadas à saúde, incluindo aquelas prontas para pauta na Comissão de Finanças e Tributação – CFT – da Câmara. Essas proposições foram classificadas quanto a cinco critérios selecionados (indicados na seção de metodologia – apêndice A), permitindo identificar as proposições prioritárias, segundo um esquema de cores.

A referida aplicação poderia ser replicada com os dados já coletados para esse estudo, até com a seleção de critérios que venham a ser tidos como mais adequados. Considera-se, enfim, alcançado o efeito demonstrativo desse estudo.

² “Conteúdo de proposições relacionadas à saúde em tramitação nas comissões e no plenário da Câmara dos Deputados” (2013). Tal estudo está disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnotec/areas-da-conle/tema19/CP1301610.pdf>.

APÊNDICE A - METODOLOGIA

Os dados foram coletados por meio do Sistema de Informações Legislativas da Câmara dos Deputados (Sileg), em sua versão para a Intranet (que dispõe de mais variáveis que a versão para a Internet, inclusive uma sobre os macrotemas associados à proposição).

Foram obtidos dados sobre todas as proposições em tramitação que tramitavam na CSSF da Câmara dos Deputados em 15 de março de 2016, as quais podem modificar leis ou a Constituição Federal, incluindo: a proposta de emenda à Constituição (PEC), o projeto de lei complementar (PLP), o projeto de lei ordinária (PL).³ Também foram incluídos tipos de proposição relevantes para a função fiscalizatória da Câmara na área da saúde: a Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) e o Projeto de Decreto Legislativo (PDC).

O banco de dados do estudo possui informações sobre: tipo e identificação da proposição; autoria da proposição; data de apresentação; comissões para as quais foi despachada; regime (por exemplo, urgência, especial) e tipo de apreciação (conclusiva pelas comissões ou pelo plenário); situação e local atual de tramitação.

A classificação dos temas adotou aqueles já registrados pelo Centro de Documentação e Informação (CEDI) da Câmara dos Deputados. Adicionalmente, as proposições relacionadas à saúde foram identificadas conforme critérios da tipologia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Legislativo e Política de Saúde (GPE-Saúde).⁴

O apêndice B apresenta tabela decorrente de estudo realizado em 2013, apenas com proposições relacionadas à saúde, incluindo aquelas prontas para pauta na Comissão de Finanças e Tributação – CFT – da Câmara. Tais proposições foram classificadas quanto: à necessidade de produção de uma lei (pois há temas sobre os quais já existem leis que permitem que os mesmos sejam abordados por decretos ou portarias do Executivo); à oportunidade da norma (se o problema ainda demanda solução) e a conexão com o Plano Nacional de Saúde (o qual apresenta diretrizes similares às adotadas no Plano Plurianual aprovado pelo Congresso Nacional em vigor para a área da saúde) e com problemas estruturais no sistema de saúde (necessário, pois o Plano Plurianual e o Plano Nacional de Saúde não abordam soluções para problemas estruturais como: subfinanciamento e carência de recursos humanos no SUS). As proposições que alcançaram no mínimo três dos quatro critérios foram coloridas na cor verde; as que alcançaram dois, na cor amarela; e as que alcançaram um ou foram rejeitadas por todos os critérios, na cor vermelha.

³ A medida provisória não foi incluída, devido a seu rápido fluxo de deliberação.

⁴ A versão atual da classificação consiste numa revisão da publicada por CARVALHO, C V, GOMES, F B C, LUCCHESI, e G, TEIXEIRA, L S. Manual para classificação de proposições legislativas relacionadas à saúde. Brasília, Biblioteca digital da Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/8330/manual_GPE_saude.pdf?sequence=3.



APÊNDICE B - PROPOSIÇÕES (PLP, PL) PRONTAS PARA A PAUTA NA CFT, SEGUNDO TIPO E CRITÉRIOS DE PRIORIDADE (ESTUDO PRÉVIO REALIZADO EM 2013)

Projeto	Ementa	Tema	Exig. Lei	Oport.	PPA saúde	Probl. Estrut.
PL 3171/2000	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), dispondo sobre o ressarcimento, pelo Sistema Único de Saúde, dos gastos com medicamentos de uso contínuo não disponíveis na rede local do Sistema. Explicação: Atribui à direção municipal do SUS a competência para ressarcimento aos usuários as despesas com medicamentos de uso contínuo que não foram encontrados nas farmácias da rede pública ou conveniadas.	ASA	S	S	N	N
PL 880/2003	Dispõe sobre as compras de remédios e equipamentos de saúde pela União.	GRS	S	S	N	N
PL 1376/2003	Dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.	OUT	S	S	N	N
PL 2672/2003	Altera a Lei nº 9.313, de 13 de novembro de 1996, que dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS, para incluir nesse benefício os portadores dos vírus das hepatites, os doentes com hepatites crônicas e com fibrose cística.	DIR	N	S	N	N
PL 175/2007	Altera a Lei nº 8.080, de 1990, a fim de inserir capítulo sobre "Atenção à Saúde dos Dependentes de Drogas". Explicação: Visa o tratamento do dependente de droga visando a desintoxicação, internação ou semi-internação, farmacoterapia, psicoterapia e atendimento familiar e comunitário.	ASA	N	S	S	N
PL 2611/2007	Regulamenta restritivamente o emprego da Eletroconvulsoterapia (ECT) e dá outras providências. Explicação: Regulamenta a utilização de "eletrochoque" em pacientes portadores de sofrimento psíquico.	ASA	N	N	N	N
PL 2677/2007	Dispõe sobre o Programa de Educação Física Terapêutica aos hemofílicos e aos portadores de doenças neurodegenerativas e dá outras providências.	PPC	N	S	N	N
PL 3045/2008	Cria o Programa Entrada do Idoso nos hospitais e postos de saúde no âmbito de todo o Território Nacional.	ASA	N	S	S	N
PL 829/2011	Dispõe sobre a distribuição, no âmbito do Sistema Único de Saúde, de almofadas e colchões utilizados na prevenção de úlceras por pressão.	ASA	N	S	N	N
PLP 90/2007	Acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para estabelecer mecanismo de compensação, nos casos de insuficiência na aplicação de recursos sujeitos a piso constitucional anual.	GRS	S	S	N	S

Legenda: “Tema” – grupo temático da saúde; “Exig. Lei” – exigência legal; “Oport.” – oportunidade; “PPA saúde” – pertinência quanto ao plano plurianual, no que se refere à saúde; “Probl. Estrut.” – problema estrutural da saúde; ASA – “assistência à saúde”; DIR – “direitos e responsabilidades”; GRS – “gestão e recursos”; PPC – “prevenção e controle”; OUT – “outros temas da saúde”. 2016-4082.docx